

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Cotia Sub-região Sudoeste

Data: 19 de abril de 2016

Local: Associação dos Arquitetos, Engenheiros e Técnicos de Cotia

Rua: Av. Santo Antonio, 294, Bairro Portão, Cotia

Horário: 18h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

Abertura pela Mesa

Apresentação da Emplasa

Debates

Encerramento

Representantes presentes

Institucionais

Emplasa:

Ana Paula Rocha

Elsa Machado Maglio

Marcel Francisco Veiga

Coordenação do Conselho Consultivo da Região Sudoeste Consulti/SSAM:

Brígida Sacramento C. Santos

Prefeitura Municipal

Secretário de Educação: Onofre de Oliveira (representando o prefeito)

Secretário de Habitação: José Levy

Diretor de Planejamento (Coordenação Técnica do PDUI): Marcelo Motta

Sociedade civil

Associação dos Arquitetos e Engenheiros de Cotia (Aetec): Roberto Baraúna Filho

Conselho da Cidade (Concidade): advogado Cesar Rossi

Outros participantes: Consultar lista de presença.

A Associação dos Arquitetos, Engenheiros e Técnicos de Cotia (Aetec) sediou a antepenúltima audiência municipal de mobilização do PDUI da sub-região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo.

À mesa principal, estavam: o secretário de Educação do município, **Onofre de Oliveira**, representando o prefeito de Cotia, Carlão Camargo; **Brígida Sacramento**, da coordenadoria do Conselho Consultivo da Região Sudoeste (Consulti/SSAM), **Ana Paula Rocha**, representante da Emplasa; **José Levy**, da Secretaria de Habitação de Cotia; **Marcelo Motta**, representante da Comissão Técnica do PDUI na Região Metropolitana de São Paulo; e o arquiteto **José Roberto Baraúna Filho**, presidente da Aetec e vice-presidente do Conselho Consultivo (Consult) da Sub-região Sudoeste.

O secretário **Onofre de Oliveira** deu início aos trabalhos lembrando a potencial importância do PDUI na solução dos inúmeros problemas da região e a oportunidade que se abre com ele para se corrigir, de forma integrada, as distorções regionais.

Brígida Sacramento, em sua fala de abertura, reafirmou a máxima de que “hoje somos todos cidadãos metropolitanos” e que há questões locais que, necessariamente, envolvem mais de um município, em todos os campos de atuação. Ela também deixou claro que este é o momento da participação e da contribuição de todos, para que o PDUI seja o mais rico e transparente possível.

A técnica **Ana Paula**, da Emplasa, fez uma breve apresentação da Macrometrópole Paulista e da Região Metropolitana de São Paulo, contextualizando a Sub-região Sudoeste no mapa do Estado, e relatou o processo de elaboração do PDUI. Para ilustrar, exibiu o vídeo institucional do Plano, realizado pela Emplasa. Ao final, Ana Paula ensinou como acessar a Plataforma Digital do PDUI e consultar os documentos ali disponibilizados.

A apresentação elaborada pela Emplasa, juntada nesta pasta, discorre sobre:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI."**

A sessão foi aberta a perguntas da plateia e a discussão aconteceu de forma ampla e franca, com pontos positivos e deficiências apontados e debatidos por muitos dos presentes. A necessidade da presença efetiva do Ministério Público e maior mobilização da sociedade civil foram questões levantadas no evento.

Engº Silvio Furquim: Parabenizo a todos pela proposta de se fazer um movimento integrado para a elaboração do PDUI e levanto duas questões:

- Como se chega até o final com a elaboração de um projeto de lei? Tem outro encaminhamento diferente? Ressalto a importância da participação efetiva dos deputados estaduais da região.
- Acredito que propor operações urbanas é muito importante. Aqui, definimos como sendo fundamental a integração dos Planos Diretores Municipais. Como fazer isso na prática?

Ana Paula: Um dos principais desafios do PDUI é integrar os Planos Diretores. A Emplasa, inclusive, tem estudos e mapas que levantam os planos de cada município. A decisão de integrá-los dependerá de uma pactuação interfederativa. Quanto à questão da participação dos parlamentares, o que eu posso dizer é que nós vamos encaminhar essa discussão. Tem um grupo de trabalho cujo objetivo é selecionar as questões relevantes. Sobre a questão das operações urbanas e experiências com os Planos Diretores, o PDUI vai trabalhar com municípios de caráter muito heterogêneo, cada um com sua legislação e projetos próprios. Para visualizar essas diferenças, a Emplasa já fez o mapeamento dos Planos Diretores e um quadro comparativo entre os planos contendo as dificuldades de cada um para solucionar os problemas. As soluções são sempre diferentes. O que a gente tem de concreto é esse levantamento. Aqui, o que vamos fazer, agora, é justamente conversar sobre essas diferenças e sobre onde queremos chegar. É fundamental identificar tudo o que é viável ou não. Mas o que é importante de tudo isso é que será uma decisão que esperamos que seja pactuada. É importante que todo mundo converse. A grande importância do PDUI é justamente essa.

Brígida: A plataforma do PDUI permite a integração dos planos municipais. Acho que, se eu entendi direitinho, a questão do encaminhamento, a primeira questão do Silvio. Existe um processo que é esse que está sendo construído agora. Então, você tem os grupos de trabalho aqui da região, que estão elaborando material, que depois, na sequência, vai ser encaminhado para a plataforma. A plataforma vai receber todas essas propostas, após uma seleção e organização dos temas. Ao chegar na Assembleia Legislativa, a proposta do Plano já terá passado por todo o processo de discussão na sub-região e aquilo que estiver definido nesta sub-região será integrado às decisões das outras sub-regiões. Então, quando o trabalho chegar na Assembleia, eles chamarão novas audiências. Isto é, mais ou menos, uma prática que se faz. Então, como se garante? Você tem instâncias, comissão técnica, onde está uma equipe, onde está o Paulinho, que já responde um pouco junto com as outras sub-regiões. Depois, isso vai, dentro de um processo, para o Comitê Executivo, em São Paulo. Então, alguma coisa que a gente discuta aqui e ache que, às vezes, ela é fundamental, ela pode se juntar a uma proposta similar de uma outra sub-região. O que estou dizendo é que o que sai daqui passa por várias instâncias até sua finalização. Ou seja, quando o Plano chegar na Assembleia Legislativa, novas audiências serão convocadas para aprofundar o debate. A região Sudoeste estará representada. Nesse sentido, as propostas dos representantes municipais são fundamentais.

Levy: Se a discussão estiver sendo mal encaminhada na Alesp, as comissões têm que atuar junto com o Conselho Metropolitano da Região.

Advogado Cesar Rossi (conselheiro do Concidade): Boa noite a todos. Meu nome é Cesar Rossi, advogado e conselheiro do Conselho da Cidade de Cotia (Concidade). E como estamos falando dos encaminhamentos administrativos, na apresentação da Emplasa tem um slide sobre improbidade administrativa que diz: "Incorre em improbidade administrativa o governador ou o prefeito que deixar de elaborar e aprovar o PDUI no prazo de três anos, contados de 12.01.2015; compatibilizar o plano diretor municipal com o PDUI, no prazo de três anos, contados da entrada em vigor do

último". Se o prazo é de três anos, não é a partir de primeiro de janeiro de 2015. Isso é para o governador. Para o prefeito é após a lei estadual. Eu quero deixar isso claro. Outro aspecto relevante é que eu até fiz um e-mail para a Emplasa e quero protocolar um ofício sobre a legislação do Estatuto da Metrópole, que é bem clara ao mencionar que no processo de elaboração do plano está prevista a participação nas audiências públicas de representantes da sociedade civil, a publicidade dos documentos e o acompanhamento pelo Ministério Público. Não faz exceção, a qual audiência pública. Está prevista na lei federal a participação do Ministério Público em todas as audiências públicas. Ponto. Por quê? Justamente, o Ministério Público vai ver a parte legal, dando uma facilitada para nós, cidadãos. Esse é o papel de fiscalização do Ministério Público, previsto na lei federal. Então, sua presença é de suma importância. Isso não ocorreu nem nesta e nem nas audiências anteriores do PDUI. Não no sentido de anular esta audiência, mas sim de realizar uma nova, cumprindo o rito legal. Por isso eu comecei a conversa [dizendo] que sou advogado. Porque eu entendo os aspectos jurídicos. Porque, na lei, foi mencionada a questão e não ficou claro. A questão de divulgação também diz: divulgar para os cidadãos. Como foi colocado no *slide*, o cidadão está no meio. Então, é fundamental que se ouça o cidadão. E a divulgação, realmente, ficou a desejar. Infelizmente. Um outro aspecto que já foi mencionado diz respeito ao Plano Diretor. Como eu sou conselheiro da cidade, nós tivemos uma discussão árdua necessária. Porque, quando a lei estadual for aprovada, todos os municípios vão ter que adaptar o seu Plano Diretor a essa lei estadual. Daí a necessidade da participação popular. A população tem que estar governando, continuamente, dentro do que ela deseja. É fundamental passar isso para a sociedade. Se tiver alguma coisa conflitante do nosso Plano Diretor, que já foi aprovado na Câmara, com a lei estadual, isso vai alterar o nosso plano e de todos os municípios. Então, a sociedade civil tem que saber e tem que participar. Em cima disso é que eu estou propondo uma nova audiência pública, simplesmente para se adequar à lei federal, não só aqui, mas para os outros municípios que já fizeram essas audiências públicas.

Marcelo Motta: Eu gostaria de pegar alguns pontos desta colocação. Nós somos a favor de fazer isso, mas qual o caráter desta audiência? Ela tem um caráter informativo e de mobilização da sociedade civil. Porque a lei aprovada pelo Estado foi, de certa forma, alterada em função do Estatuto da Metrópole, a partir do momento da existência da instância participativa. Dessa maneira, todo esse movimento que está sendo feito até hoje tem por objetivo ampliar e chamar a sociedade civil a participar. Como será feito? Por meio de oficinas regionais voltadas para o público e de uma audiência pública regional. Esta audiência regional, pela lei, tem um caráter metropolitano. O interesse metropolitano vai abranger a discussão das regiões. Então, nessa audiência regional a maioria das propostas que forem organizadas e disponibilizadas na Plataforma do PDUI será analisada com a participação da sociedade civil, que vai compor a instância deliberativa da montagem do projeto de lei. Essa participação irá se transformar numa instância paritária, com o Conselho Executivo. E as propostas passarão pelo crivo do Conselho Executivo modificado para a elaboração deste projeto de lei. Portanto, quero esclarecer mais uma vez, que isso aqui, na verdade, é uma audiência de divulgação da proposta do PDUI. Quanto ao Ministério Público, a Emplasa e a própria comissão técnica entraram em contato com cada município e fizeram as tratativas junto ao Ministério Público que, por força da lei, faz o acompanhamento.

César Rossi: Não é audiência pública?

Marcelo: Não é exatamente uma audiência pública. Tem caráter de uma audiência de divulgação. Resumindo: hoje é mais uma reunião que tem por objetivo discutir mobilização e os procedimentos para participação popular. São audiências informativas. Na próxima fase, ocorrerão duas oficinas sub-regionais preparatórias para as audiências regionais, que, além de consolidar as propostas, definirá a participação da sociedade civil e constituirá o Comitê Executivo do PDUI.

Ana Paula: Eu acho muito importante este esclarecimento do Marcelo. É preciso deixar claro que dentro desse processo o Ministério Público tem participado. Foram feitas reuniões com eles. Estão sendo convidados para todas as reuniões, inclusive para esta com a sociedade civil.

Alex: Boa noite, meu nome é Alex. Sou conhecido como Alex da Força, represento o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região. Primeiro ponto: quero deixar claro que ficou muito visível que o campo que ficou para as propostas da sociedade civil ainda está vazio. Conforme foi falado aqui, o trabalho teve início em agosto de 2015. Esta audiência que está sendo realizada após oito meses para apresentação da proposta para a sociedade civil organizada. Lamentável. Então, por isso que lá no site não tem proposta nenhuma da sociedade civil. Tem da participação pública, porque, desde o começo, se fizeram presentes nas comissões para elaboração e implementação deste plano. Então, este é um detalhe que a gente tem que prestar atenção. Somente após oito meses é que a sociedade civil organizada está sendo ouvida. Como diz o colega advogado, já deveríamos ter todos os pares trabalhando juntos para termos um plano realmente decente. Essa é uma observação. Agora, vamos aos detalhes. Todo plano, obviamente, precisa ter um cronograma. Ora, ele começa com uma previsão para término quando? Claro, observando as etapas. Este cronograma, ele não foi apresentado aqui. Eu não sei se tem, mas se tiver, é muito importante que a gente tenha conhecimento. Esse cronograma é importante e deve ser público. Tenho algumas perguntas quanto a questão das oficinas regionais. Como funcionarão? Como elas serão implementadas, qual vai ser a metodologia? Como vai ser o formato dessa participação? Haja vista que há vários temas importantes como habitação, mobilidade urbana, e etc. Haverá necessidade de fazer uma discussão mais minuciosa. E a outra, que me causa uma certa preocupação de antemão, sobre os detalhes, porque existem conflitos entre os municípios que exigem uma grande articulação para se discutir as questões metropolitanas. Como será o alinhamento do PDUI com os planos diretores das cidades e, principalmente, com as leis de uso e ocupação do solo? Por exemplo, existe um conflito entre duas cidades, Carapicuíba e Cotia, aqui na Macrorregião da Granja Viana. Então você tem a região da Granja Viana, em Cotia, que é uma área residencial, em sua maioria, não temos autorização de verticalização até uma determinada altura. Já na cidade de Carapicuíba, por exemplo, têm-se a liberdade de se construir arranha-céus, diferentes do que tem, aqui, estipulado nas leis de ocupação do solo da cidade de Cotia. Então temos uma região, a Granja Viana, que abrange Cotia e Carapicuíba, e que já temos esse conflito habitacional. Uma parte autoriza um sistema habitacional e o outro desautoriza, vamos dizer assim. Por exemplo: nós temos os planos diretores instituídos, nós temos as leis de ocupação do

solo já instituídas. Controlando a ocupação da cidade no interesse de seus habitantes. Como é que vai ser feito esse encaminhamento dos planos diretores e, principalmente, de ocupação do solo? Ai você tem toda uma luta na cidade de Cotia contra a verticalização acima dos gabaritos autorizados, e de repente vai tudo por água abaixo. Porque aí a coisa acaba se tornando muito maior do que as leis municipais. Então esta é uma preocupação que a gente está vendo agora, e é só agora que a gente está começando a conhecer este tal do PDUI. Bom, por enquanto é só. Obrigado.

Ana Paula: Agradeço a você pelas suas colocações. Bom, falar que começou em agosto de 2015, não é bem assim. Posso falar que, pelo menos lá na Emplasa, foi agora. Houve um momento inicial de identificação dos atores, dentro do próprio Governo do Estado e das prefeituras. De fato, a sociedade civil está vindo agora. Há prefeituras que ainda estão começando a entender, apesar do nosso esforço em criar este site de divulgação. Inicialmente, nós tivemos que se articular dentro do próprio setor público. Claro que é importante definir as regras. Em primeiro lugar, foi preciso definir que todas as prefeituras participassem e o número de representantes. Isso é um processo de negociação. Não tínhamos condições de conversar com a sociedade civil, se não tivéssemos, inicialmente, nos organizado. Quem fala primeiro? Quem vai ouvir? Como vamos ouvir? Quem vai organizar as audiências regionais. Eu não posso falar para você ainda como vão ser. Existe um grupo de trabalho, um GT, que está organizando isso. Inclusive esta conversa, que a gente tem com vocês agora, serve de parâmetro para o processo de mobilização. As dúvidas que estão sendo levantadas são importantes para toda a organização que virá pela frente. Tudo isso vai servir para gente se aprofundar e desenhar a melhor forma de articular. A sociedade civil é muito heterogênea. Quando a gente fala, por exemplo, da questão do meio ambiente, alguém que trabalha nesta área tem mais clareza sobre uma questão de território. Para outras questões, nem sempre um cidadão da sociedade civil consegue entender que aquele problema dele não é só daquele o município. Você trouxe bem este exemplo da habitação e da heterogeneidade dos planos diretores. O PDUI traz a oportunidade para que a gente possa olhar as leis com muito cuidado. Se for necessário realmente alterar, isso caberá aos municípios definirem. Cada município definiu sua legislação, mas este é um momento muito propício para gente fazer uma reflexão sobre isso, de forma organizada. Porque, mesmo a gente opinando, lá na frente vamos perceber que “não, desta maneira não funcionou, vamos ter que fazer de outra”. Mas tem que ser um processo de construção. Então, é fundamental a participação da sociedade civil. É preciso que ela tome ciência do que está acontecendo. Porque vocês têm inclusive um papel multiplicador.

Onofre: Nós não estamos aqui discutindo problemas específicos dos municípios desta forma “como fica o plano diretor”, ora, o município tem autonomia. Quando não tem autonomia, a decisão acima do município seria em nível metropolitano. Então, é um dilema. Por exemplo, o PDUI não deverá mexer nas questões específicas de cada município, no Plano Diretor do município. O conflito se dará nas questões metropolitanas, então, por exemplo, na questão da água em São Lourenço. É uma questão ambiental. Os municípios terão que se adequar aos interesses metropolitanos. Daí a questão da organização e da governança destas decisões são decisivas. Todo este processo é organizado com muita discussão e é difícil você fazer esta discussão com todos os municípios. Quando você está discutindo com três

peças é uma coisa, quando você discute com 39 municípios e você já coloca a sociedade civil nesse primeiro momento fica difícil organizar essas discussões. Então, primeiro foi preciso organizar a representação dos municípios. Por exemplo, nossa sub-região tem cinco da sociedade civil representativos, enquanto São Paulo terá quinze, a região do ABC, dez, e aí por diante. Como os participantes se posicionaram frente a isso? Como a sociedade civil vai atuar dentro do Plano? Concorda? Ou seja, esse processo tem que ser preparado e discutido. É isso que estamos fazendo.

Marcelo: Deixa eu complementar. Neste primeiro momento, nós temos observado, também, além das propostas, os planos já existentes. Pode ter um plano já de longo prazo e isso não significar um entrave, a não ser no interesse supra regional. Mas este plano vai servir também para unificar as semelhanças no zoneamento aplicado a cada um dos Planos Diretores. Por exemplo, ter uma única nomenclatura. Hoje tem um zoneamento nomeando a mesma coisa, com nomes diferentes. Planos de preservação ambiental, planos de parques ambientais, lei de águas do estado. Então é preciso criar uma mesma linguagem, não que isto vai interferir no zoneamento. Estas questões que são de ordem, digamos assim, intermunicipal, elas podem impulsionar questões metropolitanas. Por exemplo, em questões transversais, como você falou, de mobilidade urbana. É preciso articulação. Hoje não existe uma instância metropolitana. por essa razão o PDUI é importante como base para se discutir questões de caráter supra municipal, certo?

Hiroto Yoshioka (presidente da Sociedade Amigos do Residencial Chácara Cantagalo), morador há 36 anos da região, fala sobre a entidade que preside, cuja proposta é ser atuante na Região. Já participaram de vários planos diretores e apresentaram ao Grupo Técnico um documento sobre a região da Granja Viana que ele acredita que contém propostas que podem resolver vários problemas.

Brígida explicou que todas as reuniões realizadas em São Paulo pelos Grupos Técnicos e Executivo são abertas à participação de todos os interessados.

Helga: Meu nome é Helga, sou moradora aqui do município. Acredito que é interessante apontar algumas coisas. Cotia, atualmente, tem muitos projetos e planos, alguns deles dão acesso à participação da sociedade. É importante que esse planejamento mais amplo, regional, leve em consideração estes planos e projetos que já estão em andamento no município. Por exemplo, um deles é o Plano Diretor, então, não sendo aqui impositiva, mas reforçando algumas falas que já foram feitas e mostram como ele é importante para nós. O Plano Diretor foi aprovado no ano passado e estabeleceu o seu macrozoneamento. O macrozoneamento municipal. Ele cria as macrozonas de transição, que são regiões compatíveis com o crescimento urbano e com a preservação ambiental. São macrozonas para proteger as áreas de onde vêm uma parte da água da região metropolitana. É interessante que esse planejamento que pretende integrar leve em consideração estas questões, ou seja, que ele incorpore os planos esquemáticos que já existem para o município. Outro ponto relacionado à ocupação urbana, regularizar a expansão da mancha urbana. Porque ela não é uma entidade que chega, ocupa e se coloca. Ela depende das decisões da prefeitura, de decisões do cidadão. Vejo que aqui em Cotia nós não queremos virar uma São Paulo. Digo isso do ponto de vista da ocupação, da forma da

ocupação. Não queremos uma ocupação contínua. Então é interessante pensar numa ocupação onde cabem áreas não ocupadas, com zonas de cobertura vegetal e áreas protegidas. Por exemplo, nós já vivenciamos o problema das enchentes. E já que estamos falando de ocupação urbana, o último ponto é em função da distribuição de zonas e elevada densidade populacional. Nós temos uma porção de problemas aqui no município que nos preocupam muito. Outra questão é que Cotia não tem capacidade para tratar e coletar o esgoto produzido. Eu acho que Cotia já é palco de uma ocupação com um elevado índice populacional. Isso acaba criando um problema maior onde já não existe estrutura para a população atual, para tratar este esgoto, que já é insuficiente para quem mora aqui. Então, acho que não podemos olhar o município de um modo geral, mas sim para as suas especificidades. O PDUI vai promover novas mudanças no PDDI, que resultará numa lei maior, estadual?

Levy: O que deve ser debatido e pactuado são as questões metropolitanas. O PDUI não entrará nas questões locais e sim regionais. Todo o processo foi difícil de organizar. Tem muitas questões envolvidas: como será a representação dos municípios e da sociedade civil? Como se compactuará? Teve muita discussão técnica.

Marcelo Motta: É preciso conhecer os planos setoriais estaduais porque o macrozoneamento pretende unificar e definir um zoneamento único, uma mesma linguagem.

Ana Paula: Eu quero agradecer às colocações da Helga, eu acho que são bem oportunas. Posso dizer, pela Emplasa, que do que tenho ouvido dos municípios onde já se discutiu essa é realmente uma preocupação. De fato, ao longo dos anos, a ocupação da região metropolitana foi feita de forma muito desordenada. Quanto à mancha urbana, você colocou bem, o que a gente não quer é que isso se repita como em São Paulo. Eu até vou falar um pouco o que o Alex tinha falado aqui, de vocação, é uma expressão que a gente evita um pouco, viu, Alex? Porque a região tem municípios que, por exemplo, ocupam uma função de dormitório. Ele tem essa vocação? Ele vai continuar servindo a isso? A discussão é: forma de ocupação, de habitação, zonas de transição. O que eu digo para você é que a gente não tem nada acabado. Ao contrário, como o Marcelo e o Levy já colocaram, a gente está no início da discussão técnica, e é importante que os municípios tragam e assumam esse debate. Muitas vezes a gente tem dados que são muito vagos. Vou ser sincera com você, uma das informações que a gente tem lá são os dados de empregos. A gente tem muita dificuldade, às vezes, de identificar essas especificidades que você está dizendo. A gente vê a questão ambiental até com uma certa homogeneidade. Tem uma metodologia, uma tipificação. Mas quando você enfrenta outros problemas que também interferem nessa forma de ação desordenada, a gente tem uma dificuldade. Então, estamos num momento de construção. De repensar. Os municípios estão construindo o diagnóstico e vão fazer com a gente. Espero que vocês tenham a oportunidade de entrar no site e, se tiverem propostas, colocar. Pensem sobre este aspecto. Discutam internamente nos municípios. É bom deixar claro que essa questão dos planos diretores é de suma importância, o Marcelo já reforçou isso aqui. O objetivo do PDUI não é discutir plano diretor, mas trazer em destaque as questões metropolitanas e estas serão tratadas a depender do que prevalece. Tudo caminha

para evitar reproduzir os problemas que a gente tem em São Paulo e que começa a surgir em outros municípios da metrópole. Eu gostaria que vocês olhassem as propostas já elaboradas e encaminhassem as suas sugestões.

Paula (Organização Morro Grande): Questões que considero importantes. Discutir o abastecimento de água pelo Alto e Baixo Cotia. A Sabesp precisa oferecer água de melhor qualidade. Retomar o Corredor da Serra do Japi porque está em andamento. Os prazos e cronograma geral do PDUI precisam estar claros. A Emplasa é boa de mapas e precisa disponibilizá-los.

Arquiteta Jumara (Secretaria do Meio Ambiente e Agropecuária de Cotia): Quero destacar que a questão da vocação não foi levantada. Se a região tem por vocação produzir água, isso tem que ser preservado. Deixa eu só fazer um comentário, aproveitando esse tema. O Conisud, por exemplo, montou um grupo de trabalho, onde eles têm os CDAs, que são encontros anuais, onde debatem uma série de problemas. Essa é uma instância muito boa para se discutir, para que depois isso seja consolidado. É muito importante isso que você falou dessa dinâmica do crescimento. Em relação a essa questão ambiental, até porque ela fortalece a secretaria de Recursos Hídricos e os PDPA, os planos de proteção ambiental, assim como também as áreas de proteção e de preservação ambientais. Em termos de zoneamento, aqui em Cotia, não vai haver grandes mudanças. Mas, inversamente, em função do crescimento da Grande São Paulo, dos vetores, do corredor da Raposo... isso é da dinâmica, isso tem que ser visto, conversado e discutido, porque é da natureza do próprio crescimento da cidade de São Paulo. Nós tivemos uma palestra do Fernando Franco, sobre o desenvolvimento de São Paulo, onde ele dizia: São Paulo vai ocupar economicamente, através de vias marginais. Mas a gente vai tentar requalificar algumas áreas da cidade. Então, existe uma dinâmica interna da metrópole que a gente vai ter que atender. E mesmo da Macrometrópole. Então, é como a gente falou, São Paulo vai crescer dois milhões de habitantes: um vai para São Paulo, o outro vai ficar na Grande São Paulo. Então, como é que você vai trabalhar esse volume novo de pessoas? É uma dinâmica que não influencia só diretamente São Paulo. É uma coisa que acaba influenciando dinâmicas internas. Então, esse tipo de macrozoneamento é uma ferramenta para poder prever um pouco nessa dinâmica as novas centralidades. Essa dinâmica social é o grande papel do planejamento.

Ana Paula: A questão ambiental tem que ser valorizada e está sendo discutida com muita seriedade a questão da vocação dos municípios.

Marcelo Motta: Os Conisuds estão discutindo o PDPA (Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental) e verificamos que não há grande mudança no zoneamento.

Levy: Os municípios do entorno de São Paulo terão mudanças no zoneamento devido à própria dinâmica da metrópole. Esses municípios terão, com certeza, um crescimento maior.

Na sequência, foram feitos os agradecimentos e a sessão foi encerrada.